

Moção contra o desmonte do aparato de governo que assegura a proteção aos Povos Indígenas, às Comunidades dos Quilombos e aos Povos e Comunidades Tradicionais e seus modos de vida

Além da sequência de decisões técnicas e políticas por parte dos órgãos governamentais brasileiros que vinham impedindo a consolidação dos direitos assegurados aos povos indígenas, comunidades dos quilombos e povos e comunidades tradicionais, contata-se recentemente uma série de mudanças na estrutura de governo, tais como a transferência do INCRA para a Casa Civil da Presidência da República, a transferência da Fundação Cultural Palmares para o MEC, a transferência da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para as Mulheres para o Ministério da Justiça, a fusão do Ministério do Desenvolvimento Agrário com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações, dentre outras. Constatam-se também a nomeação de gestores sem o menor conhecimento ou não alinhados com essas pautas, resultando na paralização de políticas, programas e ações governamentais além da destituição da Coordenação da SECADI sem consulta aos povos interessados. Diante desse quadro, EXIGIMOS o retorno imediato e a potencialização dessas instâncias de governo voltadas à garantia de direitos assegurados a esses povos e comunidades em direto diálogo com eles.

Destinatários: Procuradoria Geral da República, 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da PGR, Casa Civil da Presidência da República, INCRA, MEC, MDSA, MJ, MCTIC, Secretaria de Controle Interno da CGU da Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, SBPC, CNPI, CNPCT, CONAQ.

Aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira de Antropologia, realizada durante a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, no dia 6/08/2016.